

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.045 - PR (2018/0309533-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : F N M
ADVOGADOS : MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - PR019226
LUIZ GUILHERME RIBAS VIEIRA - PR063810
LUIZ HENRIQUE PEREIRA HARTINGER - PR057643
LEONARDO TOSSULINO - PR083472
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCURADOR : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR - RS016912

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. LITISPENDÊNCIA. RECONHECIMENTO.

Existindo tríplice identidade entre as ações - partes, pedidos e causas de pedir -, e abrangendo uma delas a conta bancária referida na que foi extinta, não há como esta prosseguir, sob pena de bis in idem. Com efeito, a extinção do feito, por litispendência, constituiu mero consectário lógico da conduta adotada pelo próprio autor/apelante, que emendou a inicial de outra ação, ampliando o seu objeto original. A causa de pedir em todas as demandas é a ilicitude da conduta da instituição financeira, consistente em quebra de sigilo bancário em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores). O número de contas bancárias, os valores depositados em cada uma delas e a forma como perpetrada a violação - que serão ser objeto de dilação probatória - poderão refletir na quantificação da indenização eventualmente devida, tendo em vista a intensidade e extensão dos danos sofridos, mas não configuram causas de pedir independentes.

A parte agravante sustenta ser indevida a extinção do processo por litispendência, pois as causas de pedir e os pedidos que constam da petição inicial não guardam identidade com os formulados em outras ações por ele intentadas. Sustenta que, como consequência do princípio da primazia da resolução do mérito, o pedido formulado na petição inicial deveria ser examinado.

Preliminarmente, necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da

competência exclusiva do STF.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto ao tema da primazia da resolução do mérito, pois é estranho ao julgado recorrido, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

No mais, o exame dos autos revela que o autor propôs ação de indenização por danos morais, face a suposta violação de sigilo bancário por parte da instituição financeira ré. Afirma que os dados bancários foram divulgados por terceiros com a intenção de difamar e prejudicar a relação do autor com seus clientes. Argumenta que chegou a ser preso indevidamente por conta dos desdobramentos da quebra do sigilo, divulgado em diversos meios de comunicação. Requereu indenização por danos morais em face da quebra de sigilo de uma conta, requerendo o valor de cinquenta mil reais (R\$ 50.000,00).

A sentença extinguiu o processo em face da litispendência, com os seguintes fundamentos (fl. 150/151 e-STJ):

Em despacho proferido nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008 solicitei o encaminhamento dos presentes autos a este Juízo.

Naquele processo o autor igualmente pleiteia a condenação da CEF ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros por parte da CEF. Contudo alega que o fato ocorreu em 18/09/2014, data em que foram fornecidos a terceiros dados da conta judicial nº 0398.040.0150036-7, de titularidade de Martha Volochen Teodoro.

Em decisão proferida naqueles autos, em 13/02/17, restou reconhecida a existência de uma demanda única, o que inviabiliza a tramitação das demais ações já ajuizadas, dentre as quais a presente ação, bem como o ajuizamento de outras ações tão somente em razão do número de provas que o autor alega possuir.

Nesse cenário, verifico que o pedido formulado nestes autos está contido nos pedidos formulados na ação nº 5002798-60.2016.4.04.7008.

Nesse sentido, como a presente ação está reiterando pedido já formulado nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008, qual seja, indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros por parte da CEF, resta evidenciada a litispendência, que impõe a extinção do feito sem julgamento do mérito, na forma do inciso V do art. 485 do Novo Código de Processo Civil.

Ante o exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, ante a constatação de litispendência, nos termos do art. 485, inciso V, do CPC/2015.

Ao julgar a apelação, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre o tema controvertido (fls. 265/266 e-STJ):

No que tange à existência de litispendência, não há reparos à sentença, uma vez que existe tríplice identidade entre as ações - partes, pedidos e causas de pedir -, e a de nº 5002798-60.2016.4.04.7008 abrange a conta bancária referida na que foi extinta, o que impede que esta prossiga autonomamente, sob pena de bis in idem.

Conquanto o autor/apelante insista na defesa de tese em contrário, a causa de pedir de todas as demandas é a indevida quebra de sigilo bancário pela Caixa Econômica Federal, configurando, cada conta supostamente violada, mera especificidade do mesmo fato jurídico. Como bem ressaltado pelo juízo a quo, a causa de pedir em todas as ações até então propostas é única: a ilicitude da conduta de quebra de sigilo em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores).

O número de contas bancárias, os valores depositados em cada uma delas e a forma como perpetrada a violação - que serão ser objeto de dilação probatória - poderão refletir na quantificação da indenização eventualmente devida, tendo em vista a intensidade e extensão dos danos sofridos, mas não configuram causas de pedir distintas e autônomas.

Ainda que o autor/apelante argumente não ter conhecimento de todas as contas que teriam sido indevidamente violadas, a legislação vigente faculta-lhe a apresentação de documentos novos, antes desconhecidos, no curso da ação, inclusive em grau de recurso (art. 435 do CPC/2015).

A par disso, a unificação dos pleitos em uma única demanda vai ao encontro do princípio da economia processual e da segurança jurídica, pois evita a pulverização de ações sobre o mesmo fato, afastando o risco de soluções jurídicas contraditórias e arbitramento de indenizações que não se coadunem com os danos efetivamente suportados pela parte.

(...)

Cumpre reiterar que, na ação n.º 5002798-60.2016.404.7008, o

autor/apelante emendou a inicial para que a indenização lá pleiteada abrangesse os danos decorrentes da quebra de sigilo da conta bancária indicada na demanda extinta.

Consequentemente, resta configurada a litispendência, ainda que se considere que cada extrato corresponde a uma causa de pedir independente.

Nesse contexto, deve ser mantida a sentença de extinção da ação, por litispendência, uma vez que o fato indicado pela parte será apreciado em outra ação.

Com efeito, requer o autor, ora recorrente, que esta Corte analise as violações narradas na inicial, examinadas pelas instâncias ordinárias, e se chegue à conclusão de que constituem arcabouço fático distinto a ponto de justificar a proposição de várias demandas - infirmando o entendimento exarado na sentença e acórdão recorrido, de que as violações, na verdade, constituem provas do mesmo fato ilícito narrado em diversos processos (violação do sigilo bancário).

Essa pretensão, todavia, implicaria necessariamente o reexame de aspectos fáticos da lide, o que é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7/STJ. Na mesma direção, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 do CPC/15) - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO DEMANDADO.

1. A modificação do entendimento firmado pelo Tribunal de origem

acerca da ocorrência ou não da litispendência, bem assim quanto à purgação da mora e o pagamento do débito, exigiria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 980.282/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 28/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TESE DE LITISPENDÊNCIA, ACOLHIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, rever a conclusão firmada pelo

Tribunal de origem acerca da existência, ou não, de litispendência, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 609.226/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2015; AgRg no AREsp 423.445/MA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/03/2015; AgRg no AREsp 631.139/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/03/2015).

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1329997/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 01/07/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

2. Em âmbito de recurso especial, não é admitido novo exame dos elementos do processo a fim de apurar a existência de coisa julgada já afastada pelo Tribunal local, com fundamento em análise das provas colhidas nos autos.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 701.829/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 147.611/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe

10/12/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

